

ATA, 109.ª REUNIÃO,
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2025

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço; António Cândido Bonifácio Gouveia Nogueira Regueiro, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria De Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Isabel Maria Salvador de Macedo Pinto de Abreu e Lima, em substituição de Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em substituição de Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Morais Lage; José Pedro Faria de Fonseca, em substituição de Fernando Pedro Mouta Monteiro; José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia; Francisco Crisóstomo Calheiros; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de José António de Abreu Gonçalves Seródio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso; José Manuel Pinto Varela; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão

Meireles; Paula Maria Soares Maia, em substituição de Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; João Tiago de Sousa Pinto Guimarães, em substituição de Matilde Gouveia Rocha; Paulo Manuel Ferreira Silva, em substituição de Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Maria de Fátima Leite Ferreira.

Membro Eleito da Assembleia Municipal ausente na Sessão: Luís Paulo de Almeida de Eça Pessanha Moreira, em substituição de João Paulo Marques de Carvalho.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Albino Pedro Pereira Baganha; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Ana Filipa dos Santos Pato Correia Pinto Barbosa; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Filipe Trigueiros Rafael de Sampaio Rodrigues; Sérgio Augusto Leite Aires.

Membro Eleito da Câmara Municipal ausente na Sessão: Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues.

Considerando a ausência da Primeira Secretária da Mesa, Isabel Menéres Campos, a Segunda Secretária da Mesa, Sofia Pimenta, assumiu o seu lugar na Mesa.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, solicitou ao Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto a designação de um Membro para ocupar o lugar de Segunda Secretária da Mesa.

O Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto designou Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, para assunção das funções de Segunda Secretária da Mesa.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes 35 Membros da Assembleia Municipal.

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou o plenário sobre a renúncia ao mandato apresentada por Miguel Almeida Côrte-Real Gomes e, nos termos do art.º 12.º do Regimento, Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço foi instalado como Membro da Assembleia Municipal do Porto, tendo sido lida e assinada a Ata de Instalação.

Entraram na Sala Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, e João Tiago Guimarães, Membro do Grupo Municipal RM.

– PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA –

art.º 38.º do Regimento

1. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE VOTOS, DE MOÇÕES OU DE RECOMENDAÇÕES PELA MESA, GRUPOS MUNICIPAIS OU POR QUALQUER MEMBRO DA ASSEMBLEIA SOBRE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, deu nota da distribuição de tempo para o Período de Antes da Ordem do Dia.

- o **Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Novais, Presidente do Ramaldense Futebol Clube, apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto.**

NUD/424512/2025/CMP

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, leu o Voto de Pesar:

“No passado dia 23 de Junho, quando a cidade já se preparava para a noite de São João – a mais popular das noites, fomos sobressaltados pela notícia da partida de Joaquim Novais, o professor Joaquim Novais (como tantos o conheciam), o Presidente do Ramaldense Futebol Clube (como seria mais conhecido ainda).

Figura marcante do desporto portuense e do associativismo local, Joaquim Novais dedicou grande parte da sua vida à causa desportiva, exercendo a sua liderança com um sentido exemplar de missão, espírito comunitário e compromisso com os valores da formação humana e cívica. Ao longo dos anos, foi um verdadeiro pilar do Ramaldense Futebol Clube, instituição centenária que, sob a sua orientação, reforçou o seu papel enquanto espaço de inclusão, participação juvenil e promoção do desporto como instrumento de coesão social.

O seu legado ultrapassa largamente os limites do clube que dirigia. Joaquim Novais representou o que de melhor o movimento associativo oferece à cidade do Porto: entrega voluntária, atenção à juventude, defesa do desporto popular, em particular do futebol de formação e do Hóquei em Campo, e valorização das raízes locais. Através do seu trabalho incansável, foi responsável pela formação desportiva e pessoal de muitas gerações de jovens e dirigentes, deixando uma marca indelével na freguesia de Ramalde, de e em todo o concelho. É de personalidades como a de Joaquim Novais que se fez e fará sempre o Porto – uma cidade de pessoas, de respostas, de resistência, de autenticidade, de alma.

Pelo seu exemplo de dedicação, Joaquim Novais ficará para sempre associado à história viva do associativismo desportivo e social da cidade do Porto.

Neste momento triste, sem aviso e sem explicação, a Assembleia Municipal do Porto presta sentida homenagem à sua memória e endereça à sua família, amigos, ao Ramaldense Futebol Clube e à comunidade desportiva da cidade as mais sinceras condolências.”

Notou, com saudade, que Joaquim Novais era alguém próximo de Alfredo Fontinha, por razões associadas ao Ramaldense Futebol Clube, e destacou o seu exemplo no associativismo desportivo.

Entraram na Sala Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, **Marco Leitão**, Membro do Grupo Municipal PS, **Maria Barbosa Ducharne**, Isabel Lima e Raúl Almeida, Membros do Grupo Municipal RM.

Todos os Grupos Municipais subscreveram o Voto de Pesar.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, lamentou a perda do campo do Ramaldense, situação muito sentida por Joaquim Novais e pela cidade.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória de Joaquim Novais.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, colocou à discussão as propostas apresentadas pelos Grupos Municipais.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, informou que o Bloco de Esquerda ia votar favoravelmente as propostas apresentadas pelos Grupos Municipais. Em contexto de apresentação das propostas do Bloco de Esquerda, começou por referir que no verão há um aumento no abandono dos animais e, no seu entendimento, o Município podia, de forma inovadora, assegurar condições para que as pessoas mantivessem o seu compromisso. Informou que a Moção apresentada pretendia evocar os 80 anos da Carta das Nações Unidas, tendo em conta que os princípios fundadores enfrentavam ameaças preocupantes.

Enquadrou o Voto de Saudação nos 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte, prestando homenagem às pessoas envolvidas e que garantem que os atos eleitorais sejam momentos plenos e de sucesso.

Entraram na Sala Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, e **Paulo Silva,** Membro do Grupo Municipal PS.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, apresentou a proposta do seu Grupo Municipal, dando nota do seu cariz social e de proteção para a população mais vulnerável e com dificuldades.

Acrescentou que o equipamento urbano de descanso, na sua relação com os cidadãos, refletia valores de inclusão e identidade e um modo sustentável de pensar cidade, especialmente com o aumento da população envelhecida.

Referiu que a Autarquia tinha responsabilidade nas respostas sociais e urbanísticas, no que diz respeito à qualidade de vida e bem-estar, encorajando a mobilidade pedonal.

Explicou que, neste contexto, a proposta recomendava a definição de uma estratégia para uma maior implementação de equipamentos urbanos de descanso, em particular no centro da cidade.

Saudou a última proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e apelou à sua aprovação.

Destacou a importância da proposta do Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto, recordando o Porto como a cidade das cooperativas.

Informou que ia votar favoravelmente as propostas apresentadas.

Rui Lage, Membro do Grupo Municipal PS, disse que o Partido Socialista se revia no conjunto de propostas apresentado e informou sobre o voto favorável.

Referiu que a Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária e a Polícia de Segurança Pública divulgaram dados que demonstravam um aumento de sinistralidade rodoviária. Detalhou que, no mês de maio, houve um aumento de atropelamentos e de colisões, dando nota do retrocesso neste âmbito. Considerou o tema preocupante e que havia situações ao alcance de atuação do Município. Apelou à intervenção vigorosa com a tomada de medidas, tanto a nível nacional como local, para a minoração do problema. Concluiu que as medidas propostas eram exequíveis e razoáveis e fez menção do Plano Municipal para a Segurança Rodoviária, aprovado em 2019, pois tinha falhado os objetivos a que se propôs e não tinha sido alvo de revisão até à data.

Deu exemplos de situações na cidade, sugerindo a revisão do sistema de semaforização. Disse que se revia no conteúdo da proposta apresentada pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto, dando nota da ausência de incentivo ao cooperativismo, durante o atual ciclo governativo.

Entrou na Sala Miguel Barbosa, Membro do Grupo Municipal RM.

Paulo Jorge Teixeira, Membro do Grupo Municipal RM, notou que as cooperativas estão ao serviço de todos.

Lembrou que 2025 era o ano internacional das cooperativas que classificou como escolas de formação cívica e de grande impacto no Porto, desde o século XIX.

Informou que uma parte significativa das cooperativas centenárias estava concentrada no Porto e considerou que a proposta era muito importante e que o seu conteúdo abrangia todas as forças políticas.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, destacou a proposta apresentada pelo Grupo Municipal CDU, relacionada com a necessidade de revisão da legislação sobre o direito de preferência em casos de permutas de imóveis. Recomendou um estudo sobre a situação, tendo em vista a adoção de melhores soluções que envolvam as Autarquias.

Em contexto de apresentação da moção “Pelo fim do genocídio na Palestina e pela Paz no Médio Oriente”, disse que a cidade não podia ficar indiferente aos acontecimentos. Informou que o sentido de voto nas restantes propostas ia ser favorável.

Salientou o papel das cooperativas na resolução de muitos dos problemas da cidade, salientando a necessidade de reforço do seu apoio.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, considerou a proposta do PAN relativamente ao espaço público extemporânea e, como tal, não merecia o voto favorável.

Referiu que havia um excesso de prevaricação, no que dizia respeito à sinistralidade no Porto, dando nota da atitude preventiva do Município e classificando o documento proposto como superveniente.

Informou que se associava às Saudações propostas pela CDU.

Abordou a questão do direito de preferência. Definiu-a como complexa em termos legais, pelo que ia votar favoravelmente, tendo em vista uma resolução um problema complexo.

Quanto à moção pelo fim do genocídio na Palestina, citou o jornal de Israel Haaretz para definir a zona como “um campo de morte”.

Em relação à saudação aos envolvidos nos atos eleitorais, sugeriu acrescentar uma menção ao poder central para que, através do MAI – Ministério da Administração Interna, procedesse ao pagamento atempado das verbas devidas aos Municípios.

Considerou ser cada vez mais necessária a Carta das Nações Unidas, tendo em conta os tempos que se vivem atualmente.

Disse não poder associar-se à proposta de rede comunitária de passeios higiénicos de animais de companhia, porque o Porto era uma cidade de todos e para todos, concluindo a sua intervenção.

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, informou sobre o sentido de voto nas propostas em apreciação.

Referiu, em relação à proposta do direito de preferência, que percebia a preocupação manifestada, mas disse tratar-se de matéria da competência da Assembleia da República.

Solicitou a votação ponto a ponto da moção n.º 6.

Concordou com as saudações propostas pelo Bloco de Esquerda, dando nota de que gostaria de ver plasmado o esforço dos magistrados e funcionários judiciais nos atos eleitorais.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, considerou positiva a recomendação de mais equipamento urbano, mas acrescentou que era uma proposta a destempo, pelo que ia votar contra.

Informou que ia votar a favor da Recomendação n.º 2, por ser uma medida a favor da diminuição do impacto do trânsito rodoviário sobre as diversas circunstâncias de circulação.

Manifestou a sua concordância com as comemorações assinaladas nas Saudações salientando a sua importância.

Sublinhou a boa vontade da Recomendação n.º 5, mas disse que tal alteração legislativa teria de ser feita na Assembleia da República.

Quanto à Moção n.º 6, informou que ia votar contra porque era a favor da paz, referindo a mudança de paradigma motivada pelos últimos acontecimentos.

Informou sobre a sua concordância com a proposta n.º 7 e em relação à proposta n.º 8, salvaguardando que o Direito Internacional e a ordem liberal estavam a ser postos em causa.

Considerou a Recomendação n.º 9 difícil de regulamentar e de ser desenvolvida em fase final de mandato.

Informou sobre o voto favorável em relação à Recomendação n.º 10.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, respondeu que não ia aceitar o pedido ponto a ponto da Recomendação n.º 6, por considerar que, por se tratar de uma situação de genocídio, têm de ser tomadas posições claras.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, **colocou à votação as propostas apresentadas pelos Grupos Municipais.**

1. Recomendação “Mais equipamento urbano de descanso nas ruas da cidade do Porto” apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.

NUD/422130/2025/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 29 votos contra (19 RM + 9 PSD + 1 CH) e 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

2. Recomendação “Pela melhoria urgente da segurança rodoviária nos arruamentos da cidade onde se verifica um maior número de acidentes, face ao aumento da sinistralidade” apresentada pelo Grupo Municipal Partido Socialista.

NUD/423360/2025/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 37 votos a favor (11 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN + 1 CH), 4 votos contra [RM (José Maria Montenegro, Maria Barbosa Ducharne, Beatriz Cardoso, Isabel Abreu e Lima)] e 4 abstenções [RM (Sofia Maia, Miguel Barbosa, Nuno Cruz, João Tiago Guimarães)].

3. Voto de Saudação “À Faculdade de Medicina da Universidade do Porto pelo bicentenário do início do ensino médico no Porto” apresentado pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/422803/2025/CMP

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

4. Saudação “Ao ICBAS – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar Pela Comemoração do Seu 50º Aniversário” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/422842/2025/CMP

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

5. Recomendação “Garantir o Direito de Preferência às Autarquias em Permuta de Imóveis” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/422829/2025/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 25 votos a favor (9 RM + 9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 9 votos contra (PSD) e 11 abstenções [10 RM (José Maria Montenegro, Patrícia Rapazote, Pedro Schuller, Ana Furtado, António Regueiro, José Pedro Anacoreta, João Tiago Guimarães, Nuno Cruz, Fátima Ferreira, João Aguiar) + 1 CH].



**6. Moção “Pelo fim do genocídio na Palestina e pela Paz no Médio Oriente”
apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.**

NUD/422866/2025/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor (9 PS + 8 RM + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 15 votos contra [9 PSD + 1 CH + 5 RM (Miguel Barbosa, Fátima Ferreira, João Aguiar, José Pedro Anacoreta, João Tiago Guimarães) e 6 abstenções [RM (José Maria Montenegro, Marta Araújo, Paulo Jorge Teixeira, Patrícia Rapazote, António Regueiro, Ana Furtado)]].

O Grupo Municipal PSD apresentou uma Declaração de Voto, por escrito. (Anexo: I)

João Tiago Guimarães e José Anacoreta Correia, Membros do Grupo Municipal RM, apresentaram uma declaração de voto, por escrito. (Anexo: II)

José Maria Montenegro, e Paulo Jorge Teixeira, Membros do Grupo Municipal RM, informaram que iam apresentar uma declaração de voto, por escrito, que não foi, posteriormente, apresentada.

**7. Saudação “Aos Trabalhadores e às Trabalhadoras das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal que Asseguram a Realização dos Atos Eleitorais”
apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.**

NUD/422890/2025/CMP

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, questionou se a proposta ia incluir os magistrados e funcionários judiciais.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, informou que integrava as sugestões propostas.

Sugeriu acrescentar a seguinte informação à deliberação: “a estas pessoas acrescem ainda todos os magistrados e cidadãos envolvidos no processo inerente a cada Ato Eleitoral”.

Em relação ao apelo de Raúl Almeida ao Ministério de Administração Interna para que as transferências fossem feitas com mais celeridade, sugeriu que ficasse como terceiro ponto.

Acrescentou que, no primeiro ponto, onde se lê “nas Juntas e na Câmara Municipal” passaria a ler-se “todas essas pessoas que asseguram a concretização dos atos eleitorais”, mantendo-se o ponto número dois.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, questionou se a Assembleia Municipal ia deliberar sobre o trabalho das Juntas de Freguesia.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, esclareceu a questão relendo os considerandos da deliberação.

8. Moção “Nos 80 anos da Carta das Nações Unidas” apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/422927/2025/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 38 votos a favor (12 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN + 1 CH), 1 voto contra RM (José Pedro Anacoreta) e 6 abstenções [RM (José Maria Montenegro, João Tiago Guimarães, Miguel Barbosa, António Regueiro, Fátima Ferreira, Sofia Pimenta)].

José Pedro Anacoreta, Membro do Grupo Municipal RM, **apresentou uma declaração de voto, por escrito.** (Anexo: III)

9. Recomendação “Por uma Rede Comunitária de Passeios Higiénicos de Animais de Companhia” apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/422939/2025/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 29 votos contra (19 RM + 9 PSD + 1 CH) e 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

10. Recomendação “Porto, a Cidade das Cooperativas” apresentada pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto.

NUD/423334/2025/CMP

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, partilhou uma nota histórica relativa ao bicentenário da Faculdade de Medicina, referindo que originalmente foi constituída pela Real Escola de Cirurgia, em 1825.

2. INTERVENÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE DE CADA FREGUESIA PELOS RESPETIVOS PRESIDENTES DE JUNTA OU SEUS SUBSTITUTOS.

Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, associou-se ao que foi dito sobre Joaquim Novais.

Sublinhou a sua dedicação ao desporto, à formação dos mais jovens, ao desenvolvimento social e comunitário – identificando-o como um embaixador dos valores do associativismo e de compromisso com o bem comum. Agradeceu em nome de Ramalde e enviou os sentimentos à família, atletas, alunos e associados do Ramaldense.

Destacou, de seguida, o impacto transformador do projeto Semear Cidadania, uma iniciativa intergeracional da Junta de Freguesia, na promoção do conhecimento, reflexão, exercício democrático e participação ativa. Disse tratar-se de um trabalho que merecia ser valorizado pelo conteúdo e exemplo. Agradeceu aos intervenientes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal no projeto pela disponibilidade e abertura no acolhimento dos participantes.

Terminou, abordando os problemas de segurança para os quais tem vindo a alertar, defendendo que são necessárias medidas como o reforço policial e a concretização de soluções, reconhecendo a articulação que tem vindo a ser feita entre a Câmara e o Governo.

3. INTERVENÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL, PELOS GRUPOS MUNICIPAIS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, expressou, em nome da CDU, a solidariedade para com os trabalhadores vigilantes contratados pela Câmara Municipal. Deu nota das condições cada vez mais precárias e o desrespeito por parte da empresa contratada em relação aos trabalhadores e à Autarquia.

Levantou a questão de o Município adjudicar contratos a empresas com um histórico de incumprimentos de deveres laborais. Acrescentou que a situação dos vigilantes no Porto não era caso único, mas, no caso em concreto, o Município não podia ser indiferente à situação. Sugeriu a internalização deste tipo de serviços.



Referiu que a Autarquia reconheceu a gravidade do assunto e manifestou solidariedade e empatia e que, contudo, a situação dos trabalhadores se mantinha.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, abordou as propostas de criação de comissões por parte do Bloco de Esquerda, dando nota de que, ao longo do mandato, foram recomendadas cinco estruturas daquele género e enumerou-as.

Referiu que, a par destas recomendações, o que havia sido sugerido estava previsto pela Lei e deu exemplos a esse respeito.

Disse que, no entendimento do Bloco de Esquerda, a Democracia não se suspendia entre mandatos e era necessário continuar a participar, de forma transversal e em vários domínios.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que tinham sido eleitos para serem os observadores e a voz dos portuenses, sendo sufragados pelas propostas, valor, pensamento e estrutura ideológica, pelo que iam continuar a votar contra a criação de mais comissões e observatórios. Levantou a questão relativa aos custos anuais destas estruturas e o seu impacto. Afirmou que, por outro lado, considerava que as propostas apresentadas em Assembleia Municipal tinham efeito e podiam mudar a vida das pessoas.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, questionou se tinha lido as propostas do Bloco de Esquerda, pois o que era proposto acrescentava espaço de participação.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, respondeu que o PSD leu as propostas e concluiu dever votar contra.

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, alertou a Mesa para a gestão dos tempos.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu e tomou a devida nota.

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Aprovação da Ata da 105.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 26 de maio de 2025.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 26 de maio de 2025. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 105.ª reunião.

2. Aprovação da Ata da 106.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 2 de junho de 2025.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 2 de junho de 2025. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 106.ª reunião.

3. Informações gerais e Expediente.

- Proposta da Assembleia de Freguesia de Ramalde à Comissão de Toponímia, para a atribuição do nome Alfredo dos Santos Fontinha a uma rua da Freguesia.
- Agradecimento do Consulado da Ucrânia no Porto à Câmara e Assembleia Municipal relativo à solidariedade demonstrada para com a Ucrânia.
- Minuta da Ata e Edital da 83.ª reunião pública da Câmara Municipal realizada em 16/06/2025.
- Relatórios Empresas Municipais: Domus Social, Águas e Energia do Porto, Ágora, Porto Ambiente, GO Porto e Porto Vivo, SRU.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 20 de junho de 2025)

Ordem de Trabalhos expedida em 25 de junho de 2025)

1. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais relativos a celebração de contrato de arrendamento para fins não habitacionais entre o Município do Porto e a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.

NUD/388103/2025/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, contextualizou a proposta, dando nota sobre a possibilidade de acolhimento, naquele local, de vários serviços da Polícia Municipal.

Acrescentou que o crescimento dos serviços e dos recursos humanos explicava o proposto, sublinhando o facto de tal opção evitar custos adicionais.

Salientou a possibilidade de partilha de espaços da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. com a Polícia Municipal, havendo uma economia de meios e de recursos, pelo que ia votar favoravelmente.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, deu nota de que a Polícia Municipal era abrangida por um regime especial, constituída por elementos da PSP e com serviços distribuídos por diversos locais.

Referiu que, nos últimos anos, houve um aumento significativo de efetivos estando em previsão um reforço. Disse que tal contexto agravava as condições de trabalho, de higiene e de segurança laboral, pelo que era necessário e urgente um novo espaço.

Concluiu que o espaço em causa correspondia as necessidades identificadas e, tendo em conta as vantagens recíprocas para as partes contratantes, o Bloco de Esquerda apoiava o proposto.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que a proposta dava resposta a um problema da cidade e, sobretudo, a uma preocupação dos portuenses. Referiu que os Ramaldenses, em particular, se têm manifestado preocupados com a insegurança pelo que a sua localização era uma forma de corresponder às expetativas e anseios da população.

Acrescentou que se tratava de uma resposta com vários eixos positivos, entre eles o sentimento de segurança, a sinergia com a STCP, as acessibilidades viárias, a eficiência de custos e a celeridade do processo. Informou que o PSD ia votar a favor da proposta.

Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS, referiu que havia várias razões que suportavam o proposto, nomeadamente o aumento significativo do efetivo e as condições deficitárias para a prestação de trabalho. Disse que era um contrato de arrendamento com um valor mensal interessante para a dimensão do imóvel e informou que o PS ia acompanhar a proposta.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que preferiam uma gestão integrada do património municipal e das instalações necessárias para o Município.

Afirmou que, no seu entendimento, estavam a ser tomadas medidas avulsas, não sendo apresentada uma fundamentação para as suas escolhas, dando exemplos.

Expressou a sua preocupação em relação ao exposto, facto pelo qual se iriam abster na votação.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, congratulou a presidência da Câmara Municipal pelo diálogo permanente com as forças de segurança e a preocupação com os meios materiais, humanos e com as condições de trabalho. Reconheceu como vantajosa a concentração de serviços e valências no mesmo local, com ganhos para todas as partes. Apelou a que os anseios expressos pelo Município e pela Polícia



Municipal fossem materializados pela Administração Interna do governo central, em prol do bem comum.

Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, saudou a Autarquia por escolher Ramalde para sediar a Polícia Municipal, facto que considerou uma vantagem para aquele território.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 42 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 3 abstenções (CDU).

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, **informou que**, conforme acordado em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, **os Pontos n.ºs 2 e 3 iam ser discutidos em conjunto e votados em separado.**

2. Deliberação sobre 5.ª Alteração das Condições Gerais do Programa Municipal "Porto com Sentido".

NUD/381246/2025/CMP

3. Deliberação sobre Autorização para celebração do contrato promessa de arrendamento entre a Porto Vivo, S.R.U. e a AGEAS PORTUGAL HOLDING SGPS, S.A. - Programa "Porto com Sentido" - modalidade "Build to Rent".

NUD/381293/2025/CMP

Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS, fez um enquadramento da proposta, dando nota de que respondia a necessidades concretas e relevantes e com impacto nas áreas de habitação e urbanismo. Explicou que, no entendimento do Partido Socialista, a habitação era um direito fundamental, pelo que todas as iniciativas que contribuíssem para esse objetivo mereciam o seu apoio e participação ativa.

Considerou que o Porto com Sentido representava uma das muitas ferramentas necessárias para enfrentar os desafios da habitação, mas, todavia, o seu impacto podia ser ampliado, se articulado com outras estratégias, como o reforço da habitação pública, a promoção de construção de nova habitação e o investimento na reabilitação urbana. Informou que o partido ia votar favoravelmente e reiterou a importância da continuação de monitorização e de ajuste do programa à evolução da cidade.

Em relação ao Ponto n.º 3, disse que era urgente a garantia de habitação acessível, tendo em conta os valores de mercado, sendo algo que suscitava preocupação.

Concluiu que o programa aliava a iniciativa pública à capacidade de mobilização de investimento privado para a criação de respostas, o que representava uma evolução importante para uma atuação mais direta sobre a oferta.

Destacou aspetos como as rendas inferiores aos valores de mercado, o pagamento de rendas de até 35% do rendimento líquido do agregado, a duração do contrato e possibilidade de renovação e a regulação municipal clara.

Alertou para as dificuldades da população com um rendimento médio, salientando que todos devem ter oportunidades. Informou que o PS ia votar a favor das propostas.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que o programa contava com o apoio do PSD desde o seu início. Referiu que o programa resultava de alterações da Lei, mas que se traduziam em melhorias.

Disse que a proposta era exemplo do que o PSD defendia, criando condições para que o mercado funcionasse de forma mais justa e acessível.

Quanto ao Ponto n.º 3, explicou que representava um marco na política de habitação, na medida em que respondia à necessidade de garantia de habitação a preços compatíveis com os rendimentos das famílias e promovia de forma responsável o envolvimento dos privados à resposta da crise habitacional.

Destacou a tipologia variada, a estabilidade contratual assegurada aos inquilinos, a execução total da obra a cargo dos privados e a reabilitação e dinamização urbana da freguesia de Campanhã.

Concluiu, dizendo que este era um sinal claro de um Porto capaz de inovar e de liderar a nível nacional e informou que o PSD ia votar a favor das propostas.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, considerou que as alterações do programa “Porto com Sentido” eram uma mais-valia para os cidadãos. Referiu que a área da habitação era importante e que a classe média não tem sido atendida. Fez um enquadramento da proposta n.º 3, congratulando o Município pela iniciativa e destacou o detalhe da informação fornecida. Informou que ia votar a favor das propostas em apreciação.

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, disse que o programa “Porto com Sentido” continuava a não ser o que o Porto precisava para baixar o valor das rendas e garantir o direito à habitação. Disse que era necessário analisar o valor da construção e da reabilitação para os aproximar de montantes que as pessoas possam pagar, pois os rendimentos atuais eram baixos face aos preços da habitação.

Em relação ao “*Build to Rent*”, referiu que era problemático no final dos contratos com as entidades públicas, ocorrendo casos de pessoas a serem expulsas das habitações. Acrescentou que o modelo podia não garantir acessibilidade a quem mais precisava. Concordou com a revitalização urbana em zonas degradadas, mas defendeu, contudo, que podia dar-se o caso de expulsão de moradores locais. Disse que o modelo atraía capital, mas também ficava exposto a especulação. Informou que o Bloco de Esquerda ia abster-se na votação das propostas.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que não se podia referir a gentrificação dos locais, quando as zonas em causa estavam devolutas. Acrescentou que, em Espanha, se construíram oito mil fogos através do modelo “*Build to Rent*” – utilizado em vários outros países.

Disse que, no seu entendimento, para atingir o desígnio do interesse público, deviam ser utilizados recursos públicos e, quando possível, privados.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, levantou questões em relação ao ponto n.º 2, relativas aos encargos com as obras de manutenção e à diferenciação do valor das rendas.

Considerou que as rendas não eram acessíveis, tendo em conta os rendimentos da maioria da população.

Suscitou dúvidas em relação à apresentação desta proposta em final de mandato e informou que a CDU ia votar contra, por considerar não ser o caminho adequado para a política de habitação que o Município necessita.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, referiu que, para a CDU, só há dois tipos de renda: a social e a especulativa. Respondendo às questões colocadas referiu que os valores referidos na proposta eram os valores máximos para as situações em que o Município teria de assegurar os pagamentos relativos à vacatura dos imóveis – estimada em 5%, para os momentos em que entram ou saem novos inquilinos –, aos incumprimentos de pagamento das rendas e à manutenção dos imóveis.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, disse que o programa em apreciação era complementar a outros programas. Referiu que havia exemplos consolidados da modalidade “*Build to Rent*” em outros países e de manifesto sucesso.

Disse que, com esta proposta, era dada mais resposta em matéria de habitação, suportada numa mediana da realidade e aplicável a todo o território.

Sublinhou que a proposta materializava a disponibilidade de mais habitação variada à cidade, em benefício de todos.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, informou que ia votar a favor do Ponto n.º 2.

Em relação ao Ponto n.º 3, disse que resultava de uma dificuldade de acesso na habitação alastrada até à classe média, situação que se devia ao modelo de subdesenvolvimento económico do país.

Referiu ser uma responsabilidade das políticas centrais e que tinha de ser suprida pelo poder local. Disse que, salvaguardada a entidade municipal para o comprometimento do contrato e a entidade investidora, ia votar a favor do proposto.

Deliberação Ponto n.º 2: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

Deliberação Ponto n.º 3: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH), 3 votos contra (CDU) e 3 abstenções (BE).

O Grupo Municipal CDU apresentou uma declaração de voto, por escrito. (Anexo: IV)

4. Apreciação e Votação do Relatório de Gestão, Demonstrações Orçamentais Consolidadas e Demonstrações Financeiras respeitantes ao ano de 2024.

NUD/388794/2025/CMP

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, analisando o proposto, deu nota de que os dados refletiam uma política de valorização patrimonial para servir os portuenses. Sublinhou que 67% do ativo financeiro era composto por capitais próprios, o que demonstrava autonomia financeira. Acrescentou que o Porto não dependia excessivamente do crédito bancário, nem de endividamento externo.

Considerou que se presenciava uma gestão prudente, mas ambiciosa que permitia tomar decisões com liberdade e visão estratégica.

Referiu que as despesas eram controladas, resultando num saldo positivo. Deu nota da valorização de recursos humanos e do reforço de serviços públicos e de compromisso com áreas essenciais, como era o caso da habitação, urbanismo, cultura e ação social.

Disse que havia um sinal de estabilidade, resiliência e de boa gestão, o que demonstrava uma boa preparação para o futuro.

Concluiu que as contas consolidavam confiança, resultados, e a certeza de que era possível gerir cidade com ambição e responsabilidade. Manifestou o seu apreço pela excelência na gestão ao longo dos três mandatos e informou que ia votar a favor da proposta.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, informou que o sentido de voto do PS ia ser de abstenção.

Reconheceu, do ponto de vista técnico e contabilístico, a competência e equilíbrio e elogiou a equipa técnica pelo trabalho de excelência.

Sublinhou alguns indicadores positivos, e acrescentou que, contudo, o parecer do auditor externo apontava reservas. Referiu que não havia fundamentação, no que diz respeito à aplicação de recursos e identificou a falta de políticas públicas com impacto e a avaliação de efeitos dos projetos.

Recordou os incumprimentos de prazos de projetos e a ausência de uma política habitação, nomeadamente social, para jovens e classe média.

Concluiu que o PS almejava um Porto para todos, onde todos pudessem viver em segurança e com uma aposta na mobilidade sustentável e na transição digital inclusiva. Rematou, dizendo que o sentido de voto não pretendia obstaculizar processos institucionais e apelou a que o próximo ciclo governativo fosse preparado com mais proximidade às pessoas e lendo os indicadores de impacto na vida das pessoas.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu à intervenção anterior, afirmando tratar-se de campanha eleitoral e do anúncio do que o PS pretendia fazer no próximo mandato.

Em relação ao parecer externo, explicou que era um problema já antigo, relacionado com o património municipal e de problemas relacionados com o Ministério da Educação, na sequência da descentralização de competências.

Acrescentou que o Partido Socialista governou o país nos últimos oito anos e não tinha construído nenhuma casa no Porto através do IHRU – Instituto de Habitação de Reabilitação Urbana, com acesso a um conjunto de instrumentos facilitadores. Considerou ruínosa a descentralização na área da educação. Concluiu, dizendo que não se limitaram a não construir, mas destruíram ativamente a possibilidade de criação de um mercado – a habitação em arrendamento.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, agradeceu o convite à participação no processo, à distribuição atempada do documento, reconhecendo o profissionalismo dos serviços. Informou sobre o sentido de voto contra o documento, devido a visões distintas em relação às necessidades da cidade.

Referiu que a cidade era desigual e que os recursos eram concentrados em áreas que não respondiam à emergência social.

Acrescentou que o fundo de sustentabilidade ambiental justificava um plano robusto e eficaz para a sua aplicação. Terminou, assinalando que a participação e discussão no documento devia ser mais ampla e pública.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, considerou que tem havido transparência e discussão. Acrescentou que há pontos de convergência e de divergência com o partido, entre elas, na Economia e no exercício das suas funções.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que divergiam das opções políticas do Executivo e referiu que havia indicadores piores em relação ao passado, como era o caso das dívidas a fornecedores ou do acréscimo dos compromissos para os exercícios futuros.

Questionou sobre o registo das escolas transferidas para o Município e da sua reabilitação. Levantou questões em relação ao aumento no tratamento de resíduos sólidos, iluminação pública, energia e fluidos, publicidade, comunicação e imagem, vigilância e segurança, bem como das remunerações dos órgãos sociais e de gestão.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que os membros da sua lista tinham liberdade de integrarem outra lista. Em resposta às questões relacionadas com os aumentos, disse que tinha que ver com os acréscimos da energia da Lipor e que os centros de saúde e escolas também não podiam ser esquecidos, bem como outros encargos com impacto.

Solicitou que o conjunto de questões apresentadas fosse reduzido a escrito, para que pudesse reunir todos elementos necessários à resposta.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, disse que a intervenção do Presidente da Câmara Municipal foi baseada em políticas nacionais, alheias ao Grupo Municipal.

Lembrou que uma parte da habitação desenvolvida pelo Executivo estava suportada em fundos PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, atribuídos no tempo do Governo socialista. Respondeu que não tinha conhecimento em relação ao IHRU.

Levantou novamente a questão de projetos não concretizados como o Monte Pedral e Monte da Bela.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que houve a tentativa de parcerias público-privadas, não havendo interessados.

Considerava que a questão de não passar a posse dos terrenos inviabilizava parcerias público-privadas devido ao risco inerente – as alternativas passariam por uma execução totalmente pública ou através do modelo “Build to Rent”.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, disse que tinha dificuldade em acompanhar os devaneios de natureza política, pois estava em análise era um documento técnico que retratava a realidade, pelo que suscitava uma avaliação de cariz técnico. Mostrou-se impressionado pela dimensão e valor de cidade, em relação

a anos anteriores, dando exemplos dos novos equipamentos, sistemas, escolas, centros de saúde, espaços verdes e de lazer, bem como empresas municipais estruturadas. Concluiu, dizendo que, apesar da maior dimensão orçamental, havia mais receitas próprias, algo crucial para manter as boas contas. Expressou o seu orgulho em relação ao documento apresentado e saudou os serviços envolvidos na sua elaboração.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, disse que o Presidente da Câmara Municipal sempre defendeu a cidade e os portuenses, pelo que merecia toda a sua admiração.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 29 votos a favor (19 RM + 9 PSD + 1 CH), 6 votos contra (3 CDU + 3 BE), 10 abstenções (9 PS + 1 PAN).

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -

art.º 41.º do Regimento

Não houve inscrições de cidadãos para intervir na Sessão.

Foi atribuído, por unanimidade, **um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta**, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento.

Nada mais havendo a tratar, **e tendo sido atribuído por unanimidade um Voto de confiança à Mesa, para elaboração da Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal**, Sebastião Feyo de Azevedo, **suspendeu os trabalhos da Sessão, eram 00h27**, anunciado a continuação dos trabalhos para o dia 7 de julho de 2025, às 21h00, no mesmo local.

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feyo de Azevedo

h



A Primeira Secretária


Sofia Pimenta

Anexo I: Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal PSD relativa à Moção
“Pelo fim do genocídio na Palestina e pela Paz no Médio Oriente”.

Declaração de voto

Proposta de moção pelo fim do genocídio na Palestina e pela paz no Médio Oriente apresentada na Assembleia Municipal de 30/06/2025 pelo grupo Municipal da CDU

O Partido Social Democrata (PSD) vota contra esta proposta de moção, e apresenta a seguinte declaração de voto para fundamentar a sua posição:

Em primeiro lugar, é crucial destacar que o PSD reconhece e valoriza a importância da procura por uma solução justa e duradoura para o conflito na região da Palestina. Estamos comprometidos com os princípios do direito internacional e apoiamos todos os esforços para promover a paz e a estabilidade na região. No entanto, o PSD tem sérias preocupações com os termos e as implicações desta proposta de moção. Embora reconheçamos a necessidade urgente de um cessar-fogo e o respeito pelo direito internacional humanitário, acreditamos que esta proposta não aborda adequadamente a complexidade e os desafios do conflito na Palestina.

Além disso, partilhamos da preocupação expressa pela diplomacia portuguesa em relação à prudência necessária ao estabelecer alianças com grupos ou indivíduos que possam justificar ou desculpar o terrorismo. É fundamental que qualquer abordagem para resolver o conflito na Palestina tenha em consideração a necessidade de condenar todas as formas de violência e terrorismo, independentemente de sua origem.

O PSD acredita firmemente na importância de promover o diálogo construtivo e a cooperação internacional para alcançar uma solução pacífica e sustentável para o conflito na Palestina. No entanto, esta proposta de moção não reflete, em nosso entender, adequadamente esses princípios e, portanto, votamos contra.

É nosso entendimento que é obrigatório que qualquer iniciativa para abordar o conflito na Palestina seja cuidadosamente considerada e tenha em conta as preocupações legítimas de todas as partes envolvidas.

O PSD está comprometido em colaborar em prol de uma solução justa e pacífica para o conflito na região e continuará a apoiar esforços nesse sentido.

Porto, 30 de junho de 2025

O Grupo Municipal do PSD

Anexo II: Declaração de Voto apresentada por João Tiago Guimarães e José Anacoreta Correia, Membros do Grupo Municipal RM, relativa à Moção “Pelo fim do genocídio na Palestina e pela Paz no Médio Oriente”.

Declaração de voto: “Pelo fim do genocídio na Palestina e pela Paz no Médio Oriente”

A proposta de voto apresentada pela CDU não é séria.

Em primeiro lugar, o título dado à moção pressupõe a certeza de um genocídio em curso. O mandado de detenção do Tribunal Penal Internacional de membros do Hamas e de membros do Governo de Israel considera haver suspeitas de crimes contra a humanidade e de crimes de guerra¹.

Os membros do Hamas são indiciados pelos crimes contra a humanidade de extermínio, tortura; violação e outras formas de violência sexual, bem como pelos crimes de guerra de homicídio, tortura e outros tratamentos desumanos, tomada de reféns, ultrajes à dignidade da pessoa humana, violação e outras formas de violência sexual, pelo menos 7 de outubro de 2023.

Os membros do Governo de Israel são indiciados pelos crimes de guerra de fome como método de guerra e de direcionar intencionalmente um ataque contra a população civil, bem como pelos crimes contra a humanidade de homicídio, perseguição e outros atos desumanos, desde pelo menos 8 de outubro de 2023 até pelo menos 20 de maio de 2024.

Trata-se de suspeitas e não de condenações, nem sequer de acusações. Não é referido nestes mandados de captura a suspeita de crime de genocídio, sendo este o mais grave dos crimes previstos no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Note-se ainda que nas 778 palavras que compõem a proposta, não é referida uma única vez o Hamas e não são utilizados os termos de “reféns”, nem de “escudos humanos”

Relativamente à referência ao *Nakba*, é necessário ter em conta que a migração forçada foi uma realidade transversal a várias regiões, que coincidiu com a criação de novos Estados ou com arranjos territoriais. Os milhões de migrantes forçados incluíram cidadãos de vários países da Europa, cidadãos da Índia e Paquistão, bem como judeus de vários países da Europa e do Médio Oriente.

A referência ao Papa Francisco é abusiva, pois, ao contrário do que sucede nesta proposta de moção, em todos os seus apelos à Paz, fazia simultaneamente um apelo à libertação de reféns. A empatia com os que sofrem não pode passar pelo branqueamento do Hamas, principal responsável pela situação que se vive em Gaza.

Relativamente aos pontos de deliberação propostos é imperioso dizer o seguinte:

1. Um apelo ao cessar-fogo que não seja bilateral implica uma tomada de posição por um dos lados, o que não é aceitável. Por outro lado, não se pode misturar a situação de Gaza com a Cisjordânia, pois trata-se de realidades completamente distintas.
2. A falta de acesso a ajuda humanitária não decorre apenas de restrições impostas por Israel e pelo Egito (omisso na proposta de moção), mas também pela apropriação constante dessa

¹ [Defendants I International Criminal Court](#)

ajuda pelo Hamas. Como é sobejamente sabido, a UNRWA teve um papel criticável neste processo, constatando-se a infiltração de membros do Hamas nesta organização.

3. O reconhecimento do Estado da Palestina deve ser assegurado assim que a Palestina esteja em condições de reconhecer o direito à existência do Estado de Israel, sendo o reconhecimento mútuo uma condição essencial para a paz.
4. A posição do Governo português não é censurável, pois a Paz só será alcançada com a moderação de ambos os intervenientes.

Por estarmos solidários com os povos da Palestina e de Israel, votamos contra esta proposta.

Porto, 30 de junho de 2025

José Pedro Anacoreta

João Tiago Guimarães

Anexo III: Declaração de Voto apresentada por José Anacoreta Correia, Membro do Grupo Municipal RM, relativa à Moção “Nos 80 anos da Carta das Nações Unidas”.

Declaração de voto: “Nos 80 Anos da Carta das Nações Unidas”

A presente moção é motivada por, alegadamente, alguns países praticarem atos que aproximam o mundo da desumanidade que marcou a 2ª Guerra Mundial. A este propósito, coloca-se no mesmo plano a Rússia, Israel e Estados Unidos da América. Curiosamente, não há qualquer referência ao Irão.

O voto contra não requer de qualquer explicação adicional.

Porto, 30 de junho de 2025

José Pedro Anacoreta

Anexo IV: Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal CDU relativa à Deliberação sobre Autorização para celebração do contrato promessa de arrendamento entre a Porto Vivo, S.R.U. e a AGEAS PORTUGAL HOLDING SGPS, S.A. - Programa "Porto com Sentido" – modalidade "Build to Rent".



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



CIDADE DO PORTO

4. Deliberação sobre Autorização para celebração do contrato promessa de arrendamento entre a Porto Vivo, S.R.U. e a AGEAS PORTUGAL HOLDING SGPS, S.A. - Programa "Porto com Sentido" - modalidade "Build to Rent"

DECLARAÇÃO DE VOTO

A CDU vota contra esta proposta por entender que este é um modelo que não só não funciona como é a promoção directa do negócio privado a valores especulativos de rendas.

A Câmara Municipal do Porto ao invés de mobilizar esforços para conseguir que uma multi-nacional, fazendo da habitação um negócio, diversifique a sua carteira de investimentos dando-lhe garantia de altos rendimentos, deveria em articulação com o Governo, nomeadamente através do IHRU, disponibilizar terrenos e investir todos os esforços para a construção pública de habitação.

Esta proposta não está desligada de uma política de habitação que não serve os interesses da população do Porto, que por exemplo, continua a recusar regular de facto o alojamento local e que remete para última prioridade o fomento do sector cooperativo da habitação.

O Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 109.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 30 de junho de 2025.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 30 de junho de 2025. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 109.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 28 de julho de 2025.

O Presidente

Sebastião Feye de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Sofia Pimenta